



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

EDITAL – BENS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023 – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC (www.bnc.org.br)

Processo Administrativo nº 7.997/2023

Com benefícios para regionalidade para ME e EPP, conforme Lei Municipal 2.280/2019

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**, CNPJ nº 12.356.879/0001-98, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 329/2021, publicada no Diário Oficial do Município em 05/03/2021, sediado à Praça da Independência, nº 34, centro, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 2.064, de 07 de maio de 2020, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital.

Nota explicativa: Os Decretos Municipais poderão ser acessados através do Portal da Transparência do Município (<http://lai.palmeiradosindios.al.gov.br/lai/13/Decreto-do-Executivo>).

- Abertura das propostas no dia **19 de fevereiro de 2024**, às **09h30min**;
- Início da sessão de disputa pública no dia **19 de fevereiro de 2024**, às **10h00min**.
- Local: Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br)

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS, FARDAMENTOS, CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ALAGOAS**, conforme condições, quantidades e exigências a seguir estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO do ITEM**, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. Em se tratando de procedimento licitatório realizado sob o Sistema de Registro de Preço, cujo instrumento não constitui obrigação para o órgão gerenciador e participantes da licitação pela aquisição do seu objeto, torna-se dispensável a indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.
- 3.1.1. Para participar da licitação se faz necessário prévio cadastro do licitante no sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC**. Para a realização do cadastramento, deverão ser observadas as instruções constantes do Bolsa Nacional de Compras - BNC no endereço: <http://bnc.org.br/sistema/>.
- 3.1.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.1.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC.
- 3.1.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 3.1.5. A Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios não se responsabilizará por qualquer tipo de problema que venha a ocorrer no processo de cadastramento e que impeça o licitante de participar do certame.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar do Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular.
- 4.1.1. Com exceção dos itens relacionados no ponto 4.1.2, para os demais, a participação é **EXCLUSIVA** a microempresas, empresas de pequeno porte.
- 4.1.2. Em relação aos itens 2,6, 8, 11, 13, 15, 21, 23, 26, 29, 40, 45, 47, 49, 52, 55, 57, 59, 61, 64, 69, 71, 73, 75, 77, 84, 92, 97, 99, 101, 103, 105 e 107, **COTA PRINCIPAL - 75% DO OBJETO – AMPLA CONCORRÊNCIA** - para participação ampla de quaisquer empresas especializadas no ramo.
- 4.1.3. Em relação aos itens 3, 7, 9, 12, 14, 16, 22, 24, 27, 30, 41, 46, 48, 50, 53, 56, 58, 60, 62, 65, 70, 72, 74, 76, 78, 85, 93, 98, 100, 102, 104, 106 e 108, **COTA(S) RESERVADA(S) - 25% DO OBJETO**, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte.
- 4.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 4.3. **Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.**
- 4.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.5.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.5.2. que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.5.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 4.5.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.5.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.5.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
 - 4.5.8. Sociedades cooperativas.
- 4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante **ENTREGARÁ** e registrará, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **DECLARAÇÕES**:
- 4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.6.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no edital, PROPOSTA DE PREÇO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADO POR QUEM DETENHA PODERES, às quais ficarão vinculadas, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

5.1.1. **A proposta ficará oculta até o término da disputa, desta forma não identifica a licitante.**

- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação que constem do item 9 deste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. Valor unitário e total;
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.2. **Além de informar os preços no sistema, o licitante deve ANEXAR SUA PROPOSTA DE PREÇO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADO POR QUEM DETENHA PODERES, às quais ficarão vinculadas.**



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 6.3. Como forma de diligência, e se o Pregoeiro verificar a real necessidade, PODERÁ solicitar Documentação, contendo as especificações técnicas dos produtos ofertados, para se verificar a sua compatibilidade com o Termo de Referência.
- 6.3.1. Catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pelo fabricante, ou;
- 6.3.2. Documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial do fabricante. Neste caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante com menção à página onde consta a informação apresentada.
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.8. Ao término dos lances, os valores unitários e totais NÃO poderão ser superiores aos valores orçados pela Administração, a qual se encontra disponível juntamente com o Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 7.2.1.1. A observação mencionada não se aplica ao anexo da proposta; pois tal documento fica oculto até o término da disputa, desta forma não identifica a licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,10 (dez centavos), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;
- 7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, mediante aviso prévio no sistema.
- 7.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido no Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.29. **Haverá prioridade na contratação de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme §3º do art. 48 da lei complementar nº 123/2006 e as seguintes alterações propostas pela lei complementar nº 147/2014, bem como, conforme Inciso II, do art. 28 da Lei Municipal nº 2.280/2019, nos seguintes termos:**
- 7.29.1. Considera-se:
 - a) **âmbito local** – limites geográficos do Município de Palmeira dos Índios onde será executado o objeto da contratação;
 - b) **âmbito regional** – limites geográficos da região metropolitana de Palmeira dos Índios e a microrregião de Palmeira dos Índios, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- b1) Considera-se como microrregião de Palmeira dos Índios a definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, localizada na mesorregião do Agreste Alagoano, tendo como cidade-polo Palmeira dos Índios e abrangendo além desta os municípios de Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Marimbondo, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Paulo Jacinto, Quebrangulo e Tanque D'arca.
- b2) Considera-se como região metropolitana de Palmeira dos Índios a criada pela Lei Complementar Estadual nº 32, de 5 de janeiro de 2012, constituída pelo agrupamento dos Municípios de Palmeira dos Índios, Igaci, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas, Minador do Negrão, Belém e Major Izidoro.

- 7.29.2. Aplica-se o disposto no subitem 7.29 nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual sediados local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;
- 7.29.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte e microempreendedor individual sediados local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- 7.29.4. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no subitem 7.29.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do subitem 7.29.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.29.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 7.29.6. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo aceitável para contratação.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.4. Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.4.1. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.4.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.7. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.
- 8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.
- 8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

- 8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

9.1.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio dos documentos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Todos os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.8. **Habilitação jurídica:**
- 9.8.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- 9.9.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 9.9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa (**CPNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.3.1. As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir capital mínimo ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente (Art. 31, §3º da Lei 8.666/93), sob pena de inabilitação.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Atestado ou Certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou ou está realizando de maneira satisfatória e a contendo fornecimento de natureza e vulto similares ao do objeto da licitação.

9.11.1.1. Como forma de Diligência, se o Pregoeiro verificar a real necessidade, poderá solicitar do licitante todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, nota fiscal, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante.

9.12. **Serão exigidos, ainda, para fins de habilitação, os seguintes documentos:**

9.12.1. Declarações da licitante, na forma da lei, conforme disposto no Item 4.6 e Anexo II.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 9.12.2. Certidão atualizada de comprovação no regime diferenciado, expedida pela Junta Comercial, nos termos do Art. 8º da IN 103/2007, do Departamento Nacional do Registro do Comércio, ou Declaração de Enquadramento, quando chancelada pela Junta Comercial, **quando se tratar de ME, EPP**, com demonstração das últimas alterações.
- 9.13. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.
- 9.14. Conforme Acórdão TCU nº 133/2022 Plenário, o licitante enquadrado como microempreendedor individual (MEI), **NÃO** estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.
- 9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

9.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item ou grupo de itens que estiver concorrendo em outro ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item ou grupo em que venceu às do item ou grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.21.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) ou grupo(s) de itens de menor valor cuja retirada seja suficiente para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. **A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, **no mínimo, 30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Página 19 de 103



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema do **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
- 15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
 - 16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
 - 16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:
 - 16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 16.3.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
 - 16.3.3. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 16.4. A contratação tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Município no sítio <http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/>, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.
- 16.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.
 - 16.5.1. Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTE

- 17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 18.1. As regras acerca do recebimento do objeto e do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:
- 21.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preço;
 - 21.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;
 - 21.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 21.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;
 - 21.1.5. Não mantiver a proposta;
 - 21.1.6. Falhar na execução do contrato;
 - 21.1.7. Fraudar a execução do contrato;
 - 21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 21.1.9. Declarar informações falsas; e
- 21.1.10. Cometer fraude fiscal.
- 21.2. As sanções do subitem acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.
- 21.3. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto Federal nº 7.892, de 2013:
- 21.3.1. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Palmeira dos Índios e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e
- 21.3.2. Multa.
- 21.4. A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Palmeira dos Índios e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 21.5. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 21.5.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Município de Palmeira dos Índios ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.7. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada.
- 21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.

- 21.9. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital.
- 23.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, através da plataforma da **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, no site www.bnc.org.br.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico através da plataforma da **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, no site www.bnc.org.br.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada a sessão na data e horário informados, o reinício da sessão somente ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre as informações constantes do registro da licitação no **Bolsa Nacional de Compras – BNC** e as constantes deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Edital.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, através da plataforma **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, no site www.bnc.org.br, no site do município no endereço <https://sai.io.org.br/al/palmeiradosindios/site/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações à Rua Costa Rêgo nº 53, Sala 05, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.
- 24.12. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima descrito.
- 24.13. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 24.13.2. ANEXO II – Declarações em geral;
 - 24.13.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 24.13.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

Palmeira dos Índios - Alagoas, 28 de dezembro de 2023.

Alex Junior Ferreira da Silva
Pregoeiro
Port. 329/2021



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Tendo em vista o que institui a Lei nº 10.520/2002 e seus regulamentos, e subsidiariamente as Leis 8.078/90 e 8.666/93, em suas redações atuais, a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios - AL poderá realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, tipo **menor preço (por item)**, objetivando promover registro de preço para futura e eventual **contratação de empresa especializada para aquisição de vestimentas, fardamentos, cama, mesa e banho para atender as necessidades das Secretarias do Município de Palmeira dos Índios, Alagoas**, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Serão respeitados, no que couber, os preceitos contidos na lei 123/2006 e 147/2014.

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência visa reunir os elementos necessários, objetivando o **registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de vestimentas, fardamentos, cama, mesa e banho para atender as necessidades das Secretarias do Município de Palmeira dos Índios, Alagoas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. Considerando como base o princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a administração pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entende-se que a aquisição, objeto desta solicitação, torna-se imprescindível para manutenção das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais deste Município.

2.2. A necessidade dessa aquisição por parte das secretarias origina-se da utilização dos mesmos, nos eventos e programas anuais estabelecidos pelo governo federal e por programações deste município tais como: Fardamento escolar, vestimentas para SMTT, Garis, Guardas Municipais, Agentes de Saúde, Funcionários do Matadouro, Campanha de detecção e Prevenção da Hipertensão e do diabetes; Ações educativas com os grupos de convivência nas unidades de saúde da família; Capacitação às equipes das USF, Programa Melhor em Casa e outros técnicos da rede para prevenção do pé diabético; Campanha de ampliação à assistência a mulher com realização do preventivo câncer de mama; Prevenção nas escolas para educação sexual, reprodutiva e prevenção das DST AIDS; Prevenção nas escolas ao uso de álcool, tabaco e outros drogas em 100% dos escolares; Campanha no combate de violência e ao abuso de exploração sexual nas escolas; Campanha de combate e controle da hanseníase e tracoma; Campanha



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

sobre obesidade; Campanha de divulgação a população dos testes de reflexo vermelho e triagem auditiva neonatal; Implementação do bolsa família; Campanha de prevenção ao CA de próstata; Conferencia municipal do homem; Conferencia municipal aos idosos; Campanha de prevenção na saúde bucal; Campanhas preventivas para hepatites e para DTS AIDS; Campanha de vacinação (vigilância em saúde); Carnaval; Páscoa; São João; Dia dos pais; Dia das mães; Dia das crianças; Dia do idoso; Dia da mulher; Natal; Campanha contra o trabalho infantil; Campanha de 18 de maio; dentre outros.

2.3. Sendo assim, o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a aplicação diretamente à população, não pode parar, deve ser sempre contínuo, pois sua paralização total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários. Diante do exposto, notamos a importância da aquisição dos itens solicitados, de acordo com o Termo de Referência, parte integrante desta solicitação.

2.4. A aquisição dos itens servirá para melhorar a qualidade nos serviços prestados e deverão propiciar o melhor desempenho e qualidade do trabalho dos profissionais. Assim, a realização da futura despesa com a aquisição destes bens é de grande importância para a manutenção das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal.

2.5. A legislação vigente que regula as aquisições no setor público alberga instrumentos que podem ser utilizados e possibilitam maior eficiência nas aquisições e melhoria na gestão, tais quais a adoção de Sistema de registro de Preços – SRP.

2.6. Dentre as vantagens do Sistema de Registro de Preços, definido no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

- a) A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12(doze) meses;
- b) É dispensável a dotação orçamentária para iniciar a licitação;
- c) Possibilidade de atendimento aos variados tipos de demandas;
- d) Redução do volume de estoque;
- e) Redução do número de licitações;
- f) Redução dos custos de processamento de licitação;
- g) Previsão de aquisição frequentes do produto a ser licitado, diante de suas características e natureza;
- h) Eficiência na Gestão de Recursos: Facilita o planejamento e a gestão de recursos, proporcionando uma visão clara dos custos a longo prazo;
- i) Impossibilidade de definir previamente a quantidade e exata do objeto a ser adquirido.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

2.7. Nesse sentido, visando atender a demanda interna dos Órgãos e Entidades municipais, foi mapeada a demanda relativa ao registro de preços para aquisição do objeto em tela, para atender às demandas do Município de Palmeira dos Índios, Alagoas.

2.8. O Presente Registro de Preços enquadra-se nas hipóteses de conveniência de aquisição de materiais e/ou serviços com previsão de entrega parcelada, bem como pelo fato de não ser possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo a ser demandado por este órgão, conforme disposto no Art. 3º, incisos II, III e IV do Decreto 7.892/2013.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:

3.1. Durante o **exercício 2023/2023** deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme emissão de **Ordem de Fornecimento**, os seguintes produtos:

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

ITEM		DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	DES. COMUNITÁRIO	INFRAESTRUTURA	MEIO AMBIENTE	CULTURA	FAZENDA	AGRICULTURA	SMTT	SECRETARIA DE SERV. PÚBLICOS	ASSISTÊNCIA	GESTÃO	EDUCAÇÃO	SAÚDE	CONVÍVIO URBANO	TOTAL	V.UNITÁRIO	V.TOTAL
1	Exclusivo ME/EPP	BATA CURVA EM V – CONFECCIONADO EM BRIM, COM SERIGRAFIA, CINTA SOBREPOSTA NA ALTURA DA CINTURA, ABERTURA FRONTAL COM BOTÕES, 03 BOLSOS CHAPADOS, DOIS NA PARTE INFERIOR E UM NA PARTE SUPERIOR, LADO ESQUERDO, GOLA TIPO SOCIAL. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	24	0	0	0	0	600	0	20	644	61,93	39.882,92

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

2	Ampla Concorrência de 75%	BERMUDA – BERMUDA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM FRISO NOS LADOS, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9000	42	0	9042	51,93	469.551,06
3	Cota Reservada de 25%	BERMUDA – BERMUDA EM HELANCA 100% POLIAMIDA COM FRISO NOS LADOS, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3000	13	0	3013	51,93	156.465,09
4	Exclusivo ME/EPP	BERMUDA – CONFECCIONADA EM BRIM, COM BOLSOS NOS DOIS LADOS COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1000	60	0	1060	62,00	65.720,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

5	Exclusivo ME/EPP	BERMUDA EM TACTEL PARA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	1000	50	0	1250	46,33	57.912,50
6	Ampla Concorrência de 75%	BLUSA EM MALHA DE ALGODÃO COM A LOGOMARCA EM BORDADO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	38	19	27	150	38	188	75	300	375	98	2250	94	750	4402	59,33	261.170,66	
7	Cota Reservada de 25%	BLUSA EM MALHA DE ALGODÃO COM A LOGOMARCA EM BORDADO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	12	6	9	50	12	62	25	100	125	32	750	31	250	1464	59,33	86.859,12	
8	Ampla Concorrência de 75%	BLUSA MANGA LONGA - CONFECCIONADO EM MALHA PV COM 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO	UND	15	19	150	75	38	15	30	450	75	79	375	165	750	2236	59,33	132.661,88	

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		ELIZABETE). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
9	Cota Reservada de 25%	BLUSA MANGA LONGA - CONFECCIONADO EM MALHA PV COM 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO ELIZABETE). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	6	50	25	12	5	10	150	25	26	125	55	250	744	59,33	44.141,52
10	Exclusivo ME/EPP	BOINA ACESSÓRIO UNISSEX, PRODUZIDO EM 100% LÃ (FELTRO), BORDA DE COURINO. POSSUI BOTÃO NA LATERAL, FORRO INTERNO E TIRINHAS ATRÁS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	300	30	0	330	66,00	21.780,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

11	Ampla Concorrência de 75%	BOLSA – MOCHILA EM NYLON, COM APROXIMADAMENTE 38 CM DE ALTURA COM ALÇA E UM COMPARTIMENTO COM ZÍPER FRONTAL. AS CORES SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	23	0	0	75	0	300	150	0	9000	38	750	10336	66,00	682.176,00
12	Cota Reservada de 25%	BOLSA – MOCHILA EM NYLON, COM APROXIMADAMENTE 38 CM DE ALTURA COM ALÇA E UM COMPARTIMENTO COM ZÍPER FRONTAL. AS CORES SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	7	0	0	25	0	100	50	0	3000	12	250	3444	66,00	227.304,00
13	Ampla Concorrência de 75%	BOLSA – MOCHILA SACO, COM APROXIMADAMENTE 46 CM DE ALTURA COM ALÇA E UM COMPARTIMENTO COM ZÍPER FRONTAL. PRODUZIDO EM LONA, POSSUI PUXADOR EM PVC	UND	0	0	0	0	0	38	0	0	150	0	9000	38	0	9226	59,33	547.378,58

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		COM REBITE. AS CORES SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
14	Cota Reservada de 25%	BOLSA – MOCHILA SACO, COM APROXIMADAMENTE 46 CM DE ALTURA COM ALÇA E UM COMPARTIMENTO COM ZÍPER FRONTAL. PRODUZIDO EM LONA, POSSUI PUXADOR EM PVC COM REBITE. AS CORES SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	12	0	0	50	0	3000	12	0	3074	59,33	182.380,42
15	Ampla Concorrência de 75%	BOLSA DE LONA TAMANHO PADRÃO COM TRÊS COMPARTIMENTOS, ALÇA PARA SUSTENTAÇÃO, COM LOGOTIPO EM SERIGRAFIA, COM ABA DE FECHAMENTO. DIMENSÕES APROXIMADAS	UND	0	0	38	0	0	0	0	0	75	0	375	165	0	653	186,60	121.849,80

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		COMPRIMENTO 40 CM, ALTURA 30 CM, LARGURA 10 CM. AS CORES E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
16	Cota Reservada de 25%	BOLSA DE LONA TAMANHO PADRÃO COM TRÊS COMPARTIMENTOS, ALÇA PARA SUSTENTAÇÃO, COM LOGOTIPO EM SERIGRAFIA, COM ABA DE FECHAMENTO. DIMENSÕES APROXIMADAS COMPRIMENTO 40 CM, ALTURA 30 CM, LARGURA 10 CM. AS CORES E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	12	0	0	0	0	0	25	0	125	55	0	217	186,60	40.492,20
17	Exclusivo ME/EPP	BONÉ – CONFECCIONADO EM BRIM, COM BORDADO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO	UND	30	0	50	200	0	50	20	0	300	50	100	320	1000	2120	35,66	75.599,20

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																		
18	Exclusivo ME/EPP	BONÉ – CONFECCIONADO EM BRIM, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	20	0	0	200	0	50	20	0	300	100	100	320	0	1110	32,33	35.886,30	
19	Exclusivo ME/EPP	BONÉ DE TACTEL COM VELCRO. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	30	0	0	0	0	200	20	0	500	100	100	50	0	1000	28,60	28.600,00	
20	Exclusivo ME/EPP	BONÉ DE TECIDO TACTEL BORDADO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	20	0	0	0	0	200	20	0	100	100	100	50	0	590	34,33	20.254,70	
21	Ampla Concorrência de 75%	CALÇA – CONFECCIONADA EM BRIM, COM BOLSOS NOS DOIS LADOS, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	75	0	0	0	0	150	0	300	10	225	760	88,93	67.586,80	

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

22	Cota Reservada de 25%	CALÇA – CONFECCIONADA EM BRIM, COM BOLSOS NOS DOIS LADOS, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	25	0	0	0	0	50	0	100	3	75	253	88,93	22.499,29
23	Ampla Concorrência de 75%	CALÇA – CONFECCIONADA EM HELANCA (100% POLIAMIDA) COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	188	15	750	75	0	300	57	1350	2735	73,66	201.460,10
24	Cota Reservada de 25%	CALÇA – CONFECCIONADA EM HELANCA (100% POLIAMIDA) COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	62	5	250	25	0	100	18	450	910	73,66	67.030,60
25	Exclusivo ME/EPP	CALÇA – CONFECCIONADA EM OXFORD COM ADORNOS EM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO	UND	0	0	20	0	0	0	0	0	200	0	400	60	0	680	75,33	51.224,40

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
26	Ampla Concorrência de 75%	CALÇA – CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTE, COM GRAMATURA 160, 02 BOLSOS LATERAIS E 01 BOLSO TRASEIRO (CHAPADO), TORÇAL EMBUTIDO NA CINTURA, LISTRA LATERAIS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	75	0	0	15	0	75	0	750	38	0	953	75,33	71.789,49
27	Cota Reservada de 25%	CALÇA – CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTE, COM GRAMATURA 160, 02 BOLSOS LATERAIS E 01 BOLSO TRASEIRO (CHAPADO), TORÇAL EMBUTIDO NA CINTURA, LISTRA LATERAIS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	25	0	0	5	0	25	0	250	12	0	317	75,33	23.879,61

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

28	Exclusivo ME/EPP	CALÇA COM ELÁSTICO CONFECCIONADA EM TECIDO COM 67% POLÍESTER E 33% VISCOSE APROXIMADAMENTE	UND	0	0	0	100	0	0	20	0	50	0	100	0	200	470	82,00	38.540,00
29	Ampla Concorrência de 75%	CALÇA COM ELÁSTICO DE TECIDO TIPO BRIM. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	75	0	0	38	0	38	0	525	10	450	1136	86,66	98.445,76
30	Cota Reservada de 25%	CALÇA COM ELÁSTICO DE TECIDO TIPO BRIM. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	25	0	0	12	0	12	0	175	3	150	377	86,66	32.670,82
31	Exclusivo ME/EPP	CALÇA COM ELÁSTICO DE TECIDO TIPO BRIM. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO. COM FAIXA REFLETIVA.	UND	0	0	0	0	0	0	50	0	50	0	200	50	400	750	94,66	70.995,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

32	Exclusivo ME/EPP	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO RIP SOTP RESISTENTE, CALÇA COM SEIS BOLSOS (DOIS FRONTAIS, DOIS LATERAIS E DOIS TRASEIROS E REFORÇO ENTRE AS PERNAS E JOELHEIRAS). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	50	50	0	130	164,66	21.405,80
33	Exclusivo ME/EPP	CALÇA CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO RIP STOP SUPER, COM FAIXA REFLETIVA NO JOELHO. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	50	0	250	133,33	33.332,50



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

34	Exclusivo ME/EPP	CALÇA ELETRICISTA NR10 RISCO 2 COM REFLETIVO, TECIDO FR 100% ALGODÃO 8.6OZ(290 G/M²),MEIO ELÁSTICO NO CÓS, PASSANTES PARA CINTO, PALA ATRÁS, FECHAMENTO EM BOTÕES COM VISTA. DOIS BOLSOS FRONTAIS, DOIS BOLSOS TRASEIROS, COSTURA REFORÇADA COM LINHA RETARDANTE A CHAMA 100% META ARAMIDA	UND	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	100	130	198,33	25.782,90
35	Exclusivo ME/EPP	CALÇA JEANS NA COR AZUL ESCURO, ZÍPER NA FRENTE E BOLSOS ATRÁS - OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	12	100	0	0	30	0	200	0	50	50	0	442	160,00	70.720,00	
36	Exclusivo ME/EPP	CALÇA OPERACIONAL, TECIDO RIP STOP, DE COMPOSIÇÃO 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, COM ARMAÇÃO EM TELA RIP	UND	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	226,66	2.266,60	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		STOP NA COR PRETO, DE FORMA LIGEIRAMENTE TRONCO-CÓNICO, BOCA INFERIOR SECCIONADA OBLIQUAMENTE PARA A RETAGUARDA BAINHA DE 20MM COM SEIS BOLSOS EXTERNOS, SENDO DOIS LATERAIS , BOLSOS COM AFEITO SANFONADO NOS 3 LADOS, MODELO TIPO FOLE, TERMINANDO A ALTURA DO JOELHO, OS QUAIS FECHAM POR PESTANAS COM VELCRO.																		
37	Exclusivo ME/EPP	CALÇA SOCIAL FEMININA, CONFECCIONADA EM OXFORD. MODELO SOCIAL COM CORTE RETO. POSSUI PASSANTES PARA CINTO NO CÓS, BOLSOS FRONTAIS E TRASEIROS, ZÍPER FRONTAL. CINTURA ALTA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	20	50	0	0	0	0	100	120	50	50	0	390	110,00	42.900,00	



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

38	Exclusivo ME/EPP	CALÇA SOCIAL MASCULINA, CONFECCIONADA EM OXFORD. MODELO SOCIAL COM CORTE RETO. POSSUI PASSANTES PARA CINTO NO CÓS, BOLSOS FRONTAIS E TRASEIROS, ZÍPER FRONTAL. CINTURA ALTA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	4	100	0	0	0	0	100	130	50	50	0	434	93,33	40.505,22
39	Exclusivo ME/EPP	CALÇA-EM MALHA PV COM APROXIMADAMENTE 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COM FAIXA REFLETIVA	UND	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	76,33	3.816,50
40	Ampla Concorrência de 75%	CALÇADO FECHADO CONFORTÁVEL, POSSUIR ELÁSTICO NO LUGAR DOS CADARÇOS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	75	0	0	0	750	0	0	0	225	15	1065	170,00	181.050,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

41	Cota Reservada de 25%	CALÇADO FECHADO CONFORTÁVEL, POSSUIR ELÁSTICO NO LUGAR DOS CADARÇOS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	25	0	0	0	250	0	0	0	75	5	355	170,00	60.350,00
42	Exclusivo ME/EPP	CALÇÃO – TIPO VOADOR EM MALHA FRIA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0	1200	20	0	1270	43,00	54.610,00
43	Exclusivo ME/EPP	CALÇÃO EM TRANSFER – CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER (CACHARREL). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0	100	0	0	150	43,00	6.450,00
44	Exclusivo ME/EPP	CAMISA - CONFECCIONADA EM ALGODÃO, FECHADA, SEM GOLA E MANGA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	20	0	0	200	100	60	0	0	200	30	1000	50	0	1660	47,66	79.115,60

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

45	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA – CONFECCIONADA EM ALGODÃO, COM GOLA REDONDA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	38	0	0	150	75	45	0	4	150	0	2250	94	150	2956	47,66	140.882,96
46	Cota Reservada de 25%	CAMISA – CONFECCIONADA EM ALGODÃO, COM GOLA REDONDA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	12	0	0	50	25	15	0	1	50	0	750	31	50	984	47,66	46.897,44
47	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA – CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, ACABAMENTO RESISTENTE, APROPRIADO PARA ATIVIDADE DIÁRIA, FECHADA SEM GOLA, MANGAS CURTAS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	150	75	45	15	0	150	0	750	38	0	1238	53,33	66.022,54

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

48	Cota Reservada de 25%	CAMISA – CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, ACABAMENTO RESISTENTE, APROPRIADO PARA ATIVIDADE DIÁRIA, FECHADA SEM GOLA, MANGAS CURTAS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	50	25	15	5	0	50	0	250	12	0	412	53,33	21.971,96
49	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA ¾ EM TRICOLINE, FECHAMENTO DE BOTÕES NA PARTE FRONTAL, BOLSO NO PEITO, VISTA, PUNHOS E GOLA NA MESMA COR. BORDADA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	150	75	45	0	0	38	98	750	0	0	1156	99,33	114.825,48
50	Cota Reservada de 25%	CAMISA ¾ EM TRICOLINE, FECHAMENTO DE BOTÕES NA PARTE FRONTAL, BOLSO NO PEITO, VISTA, PUNHOS E GOLA NA	UND	0	0	0	50	25	15	0	0	12	32	250	0	0	384	99,33	38.142,72

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		MESMA COR. BORDADA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
51	Exclusivo ME/EPP	CAMISA BORDADA ¾ EM TRICOLINE, FECHAMENTO DE BOTÕES NA PARTE FRONTAL, BOLSO NO PEITO, VISTA, PUNHOS E GOLA NA MESMA COR E COM FAIXA REFLETIVA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	30	0	36	200	100	60	0	0	50	100	100	0	0	676	113,33	76.611,08
52	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA COM MANGA - EM MALHA PV COM 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO ELIZABETE), COM FAIXA REFLETIVA E ARTE EM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	150	75	45	15	0	23	75	1125	113	375	1996	49,33	98.462,68

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

53	Cota Reservada de 25%	CAMISA COM MANGA - EM MALHA PV COM 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO ELIZABETE), COM FAIXA REFLETIVA E ARTE EM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	50	25	15	5	0	7	25	375	37	125	664	49,33	32.755,12
54	Exclusivo ME/EPP	CAMISA COM MANGA CURTA, COM O BRASÃO DA GCM PINTADO (SERIGRAFIA) NO LADO ESQUERDO, EM MALHA FIO 30 PENTEADA, 100% ALGODÃO, COM GOLA EM RIBANA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	200	100	60	0	0	300	100	200	0	0	960	59,33	56.956,80
55	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA COM MANGA DE TECIDO TIPO MALHA FRIA COM SERIGRAFIA FRENTE E COSTA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS	UND	23	19	0	150	75	45	0	0	225	75	3000	150	450	4212	49,33	207.777,96

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
56	Cota Reservada de 25%	CAMISA COM MANGA DE TECIDO TIPO MALHA FRIA COM SERIGRAFIA FRENTE E COSTA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	7	6	0	50	25	15	0	0	75	25	1000	50	150	1403	49,33	69.209,99
57	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA COM MANGA EM MALHA PV COM APROXIMADAMENTE 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO ELIZABETE), COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	150	75	45	0	0	225	75	1125	113	0	1808	56,00	101.248,00
58	Cota Reservada de 25%	CAMISA COM MANGA EM MALHA PV COM APROXIMADAMENTE 67% POLIÉSTER 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO	UND	0	0	0	50	25	15	0	0	75	25	375	37	0	602	56,00	33.712,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		ELIZABETE), COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
59	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA COM MANGA LONGA- EM MALHA PV COM APROXIMADAMENTE 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COM FAIXA REFLETIVA	UND	8	19	0	150	75	45	0	0	0	75	0	0	750	1122	66,33	74.422,26
60	Cota Reservada de 25%	CAMISA COM MANGA LONGA- EM MALHA PV COM APROXIMADAMENTE 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COM FAIXA REFLETIVA	UND	2	6	0	50	25	15	0	0	0	25	0	0	250	373	66,33	24.741,09
61	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA COM MANGA MALHA PP COM 100% POLIÉSTER SUBLIMADA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	150	75	45	0	0	0	75	7500	150	45	8055	59,33	477.903,15

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

62	Cota Reservada de 25%	CAMISA COM MANGA MALHA PP COM 100% POLIÉSTER SUBLIMADA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	50	25	15	0	0	0	25	2500	50	15	2685	59,33	159.301,05
63	Exclusivo ME/EPP	CAMISA ELETRICISTA NR10 RISCO 2 COM REFLETIVO, TECIDO FR 100% ALGODÃO 8.6OZ(290 G/M²), COM FAIXA REFLETIVAS,FECHAMENTO FRONTAL EM BOTÕES COM VISTA. MANGAS LONGAS COM FECHAMENTO EM BOTÃO NO PUNHO, GOLA TIPO ESPORTE (ITALIANA) ABOTOADA ATÉ EM CIMA, BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, COSTURA REFORÇADA COM LINHA RETARDANTE A CHAMA 100% MET ARAMIDA	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	60	203,33	12.199,80

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

64	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA EM TRANSFER – CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER (FIO 30). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	15	0	0	150	75	975	0	0	1215	59,33	72.085,95
65	Cota Reservada de 25%	CAMISA EM TRANSFER – CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER (FIO 30). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	5	0	0	50	25	325	0	0	405	59,33	24.028,65
66	Exclusivo ME/EPP	CAMISA MASCULINA, ESTILO SOCIAL, COM MANGAS COMPRIDAS, COM BOLSO, CONFECCIONADAS EM TECIDO TRICOLINE EXTRAS FIO 40, COM COLARINHO DURO COM BOTÕES. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	30	0	200	100	10	0	0	50	130	100	50	0	670	116,66	78.162,20



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

67	Exclusivo ME/EPP	CAMISA MASCULINA, ESTILO SOCIAL, COM MANGAS COMPRIDAS, COM BOLSO, CONFECCIONADAS EM TECIDO TRICOLINE EXTRAS FIO 40, COM COLARINHO DURO COM BOTÕES. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO. COM FAIXA REFLETIVA.	UND	0	30	0	200	100	0	0	0	50	100	100	0	0	580	126,66	73.462,80
68	Exclusivo ME/EPP	CAMISA MODELO COMBAT SHIRT (MANGA LONGA) TECIDO GRAFIL PLUS, COR AMARELO TIPO "131", NUANCE 667, MISTO 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO E MALHA POLI LINE, COR AMARELA, MISTA 91% POLIÉSTER E 9 ELASTANO CORPO EM MALHA, COM ABERTURA DE 15CM NA PARTE DA FRENTE, ATRAVÉS DE ZÍPER DE NYLON DA	UND	0	0	0	200	100	0	0	0	0	0	0	0	0	300	199,33	59.799,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		MESMA MEDIDA E MESMA COR DA MALHA																	
69	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA SEM MANGAS EM MALHA PV COM 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO ELIZABETE), SEM MANGAS COM RIBANA, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	150	75	0	0	0	0	0	2250	38	0	2513	45,00	113.085,00
70	Cota Reservada de 25%	CAMISA SEM MANGAS EM MALHA PV COM 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE 158 GR/M ² (TIPO ELIZABETE), SEM MANGAS COM RIBANA, COM SERIGRAFIA. TAMANHO,	UND	0	0	0	50	25	0	0	0	0	0	750	12	0	837	45,00	37.665,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
71	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA TIPO POLO COM BOLSO CONFECCIONADA EM 100% POLIÉSTER COM O BRASÃO DA CGM (BORDADO NO BOLSO). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	150	75	45	0	0	225	188	3750	38	0	4486	67,66	303.522,76
72	Cota Reservada de 25%	CAMISA TIPO POLO COM BOLSO CONFECCIONADA EM 100% POLIÉSTER COM O BRASÃO DA CGM (BORDADO NO BOLSO). TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	50	25	15	0	0	75	62	1250	12	0	1494	67,66	101.084,04
73	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA TIPO POLO COM BOLSO MALHA FRIA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	150	75	45	38	0	225	75	3750	225	75	4673	59,33	277.249,09

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

74	Cota Reservada de 25%	CAMISA TIPO POLO COM BOLSO MALHA FRIA. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	50	25	15	12	0	75	25	1250	75	25	1557	59,33	92.376,81
75	Ampla Concorrência de 75%	CAMISA TIPO POLO CONFECCIONADA EM ALGODÃO COM IMPRESSÃO COLORIDA (FRENTE E VERSO), DETALHES NAS MANGAS E GOLAS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	150	75	0	15	68	225	75	3750	225	75	4673	59,16	276.454,68
76	Cota Reservada de 25%	CAMISA TIPO POLO CONFECCIONADA EM ALGODÃO COM IMPRESSÃO COLORIDA (FRENTE E VERSO), DETALHES NAS MANGAS E GOLAS. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	50	25	0	5	22	75	25	1250	75	25	1557	59,16	92.112,12



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

77	Ampla Concorrência de 75%	CAMISETA DE MANGA LONGA, CONFECCIONADA COM 100% POLIAMIDA CONTRA OS RAIOS SOLARES, APRESENTA A TECNOLOGIA NANO FRESH, QUE PREVINE A PROLIFERAÇÃO DAS BACTÉRIAS QUE CAUSAM ODOR E PERMITE A RÁPIDA EVAPORAÇÃO DE SUOR, SECAGEM, RÁPIDA. TECNOLOGIA – NANO FRESH, PROTEÇÃO UV FPA 50+ E DRY ONE, GOLA – CARECA. MALHA DUPLA FINA E COMPACTA, COMPOSIÇÃO FIO BIODEGRADÁVEL. TAMANHO E COR A SEREM DEFINIDOS NA ORDEM DE SERVIÇO.	UND	8	0	27	150	75	0	15	0	0	150	75	225	750	1475	147,33	217.311,75
----	---------------------------	---	-----	---	---	----	-----	----	---	----	---	---	-----	----	-----	-----	------	--------	------------

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

78	Cota Reservada de 25%	CAMISETA DE MANGA LONGA, CONFECCIONADA COM 100% POLIAMIDA CONTRA OS RAIOS SOLARES, APRESENTA A TECNOLOGIA NANO FRESH, QUE PREVINE A PROLIFERAÇÃO DAS BACTÉRIAS QUE CAUSAM ODOR E PERMITE A RÁPIDA EVAPORAÇÃO DE SUOR, SECAGEM, RÁPIDA. TECNOLOGIA – NANO FRESH, PROTEÇÃO UV FPA 50+ E DRY ONE, GOLA – CARECA. MALHA DUPLA FINA E COMPACTA, COMPOSIÇÃO FIO BIODEGRADÁVEL. TAMANHO E COR A SEREM DEFINIDOS NA ORDEM DE SERVIÇO.	UND	2	0	9	50	25	0	5	0	0	50	25	75	250	491	147,33	72.339,03
79	Exclusivo ME/EPP	CAMISETA REGATA, SEM MANGA, EM MALHA FIO 30 PENTEADO 100% ALGODÃO. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA	UND	0	0	0	200	0	0	0	0	0	0	100	50	0	350	38,66	13.531,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
80	Exclusivo ME/EPP	CAMISETAS COM MANGA (TIPO POLO) DE TECIDO TIPO PIG KAIMAN COM SERIGRAFIA NO BOLSO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	30	0	0	200	100	60	0	0	300	0	100	200	100	1090	60,00	65.400,00
81	Exclusivo ME/EPP	CAMISETAS COM MANGA COMPRIDA DE TECIDO BRIM COM SERIGRAFIA NA FRENTE DA SMTT E NAS COSTAS (A SERVIÇO). TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	200	100	0	0	0	0	0	0	0	0	300	116,00	34.800,00
82	Exclusivo ME/EPP	CAMISETAS COM MANGA DE TECIDO TIPO MALHA FRIA COM SERIGRAFIA NA FRENTE DA SMTT E NAS COSTAS (A SERVIÇO).	UND	0	0	0	0	100	0	0	0	300	0	0	0	0	400	59,50	23.800,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
83	Exclusivo ME/EPP	CHAPÉU TIPO AUSTRALIANO, EM BRIM COM ABA PESPONTADA, BOTÕES LATERAIS, COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	10	0	0	0	0	120	0	400	0	0	50	0	600	1180	48,76	57.536,80
84	Ampla Concorrência de 75%	COLETE DE ALGODÃO COM BORDADO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	150	0	30	0	0	225	113	750	38	75	1396	127,83	178.450,68
85	Cota Reservada de 25%	COLETE DE ALGODÃO COM BORDADO. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	50	0	10	0	0	75	37	250	12	25	464	127,83	59.313,12

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

86	Exclusivo ME/EPP	COLETE EM TRANSFER – CONFECCIONADO EM 100% POLIÉSTER (CACHARREL), COM SERIGRAFIA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	10	0	0	0	0	20	0	0	100	150	1000	50	0	1330	46,91	62.390,30
87	Exclusivo ME/EPP	COLETES – CONFECCIONADO EM BRIM, BOTÃO DE METAL. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	30	0	0	20	10	30	150	150	200	0	60	665	115,00	76.475,00
88	Exclusivo ME/EPP	COLETES – CONFECCIONADO EM BRIM, BOTÃO DE METAL. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO. COM FAIXA REFLETIVA	UND	15	0	0	0	0	0	10	0	150	150	50	50	0	425	115,00	48.875,00
89	Exclusivo ME/EPP	FRONHAS DE TRAVESSEIROS – TAMANHO 50X70, 100% ALGODÃO. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	200	0	2000	300	0	2500	30,33	75.825,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		ORDEM DE FORNECIMENTO.																		
90	Exclusivo ME/EPP	GANDOLA BORDADA CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO RIP STOP SUPER, COM CADARÇO DE IDENTIFICAÇÃO EM VELCRO, COM FAIXA REFLETIVA NAS COSTAS E NOS BRAÇOS. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	0	50	325,00	16.250,00
91	Exclusivo ME/EPP	GANDOLA, MANGA CURTA CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP, RESISTENTE COM FECHAMENTO FRONTAL DE BOTÕES, COM ABA OPCIONAL PARA APLICAÇÃO DE VELCRO, POSSUINDO 04 BOLSOS FRONTAIS COM FECHAMENTO POR ZÍPER. TAMANHO, COR E ARTE	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	0	50	271,66	13.583,00	

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
92	Ampla Concorrência de 75%	LENÇOL DE ELÁSTICO-TAMANHO 90 CM X 2M X 30 CM E 100% ALGODÃO. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	8	0	75	0	1500	375	0	1958	72,66	142.268,28
93	Cota Reservada de 25%	LENÇOL DE ELÁSTICO-TAMANHO 90 CM X 2M X 30 CM E 100% ALGODÃO. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	2	0	25	0	500	125	0	652	72,66	47.374,32
94	Exclusivo ME/EPP	LENÇOL PARA MACA COM ELÁSTICO E SERIGRAFIA CONFECCIONADA EM OXFORD. MEDIDA: 0,80 X 1,90 M. COR E ARTE SERÃO	UND	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	800	0	810	40,33	32.667,30

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																		
95	Exclusivo ME/EPP	LENÇOL SEM ELÁSTICO – TAMANHO 1,60 X 2,40M, NO TECIDO 100% ALGODÃO. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	10	0	100	0	0	800	0	910	65,08	59.222,80
96	Exclusivo ME/EPP	MACACÃO DE MANGA LONGA EM BRIM RESISTENTE COM ARTE EM SERIGRAFIA (PARA AS ATIVIDADES DE BORRIFAÇÃO EM DENGUE, CHAGAS, LEISHMANIOSE E PESTE). TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	100	150	310,33	46.549,50

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

97	Ampla Concorrência de 75%	MACACÃO DE SEGURANÇA- CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO REVESTIDO COM LÂMINA DE POLIETILENO, COM MANGAS LONGAS, CAPUZ, ELÁSTICO NOS PUNHOS, FECHAMENTO POR ZÍPER	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	600	600	137,33	82.398,00
98	Cota Reservada de 25%	MACACÃO DE SEGURANÇA- CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO REVESTIDO COM LÂMINA DE POLIETILENO, COM MANGAS LONGAS, CAPUZ, ELÁSTICO NOS PUNHOS, FECHAMENTO POR ZÍPER	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	200	137,33	27.466,00
99	Ampla Concorrência de 75%	MEIA EM ALGODÃO CANO CURTA. PAR. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	375	0	0	9000	38	750	10163	35,81	363.937,03	

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

100	Cota Reservada de 25%	MEIA EM ALGODÃO CANO CURTA. PAR. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	125	0	0	3000	12	250	3387	35,81	121.288,47
101	Ampla Concorrência de 75%	PANO DE COPA – TAMANHO 50 X 70 CM, ATOALHADO COM BARRA PARA APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA. LOGOTIPO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	15	0	0	75	0	15	15	15	75	105	3000	150	23	3488	25,75	89.816,00
102	Cota Reservada de 25%	PANO DE COPA – TAMANHO 50 X 70 CM, ATOALHADO COM BARRA PARA APLICAÇÃO DE SERIGRAFIA. LOGOTIPO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	5	0	0	25	0	5	5	5	25	35	1000	50	7	1162	25,75	29.921,50

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

103	Ampla Concorrência de 75%	TÊNIS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS, MATERIAL SINTÉTICO E TECIDO RESPIRÁVEL, SOLADO DE BORRACHA, GARANTIA DO FABRICANTE CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	9000	38	8	9061	165,56	1.500.139,16
104	Cota Reservada de 25%	TÊNIS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS, MATERIAL SINTÉTICO E TECIDO RESPIRÁVEL, SOLADO DE BORRACHA, GARANTIA DO FABRICANTE CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. TAMANHO E COR SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	3000	12	2	3019	165,56	499.825,64
105	Ampla Concorrência de 75%	TERNO FEMININO, COMPOSTO DE 1 (UM) TAILLEUR E 1(UMA) CALÇA, CONFECCIONADOS EM OXFORD C/ LYCRA. TAILLEUR COM	UND	0	0	8	0	0	0	0	0	0	38	150	38	0	234	293,00	68.562,00



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		ABOTOAMENTO FRONTAL POR 02 BOTÕES CORTE ITALIANO; FORRO NA PARTE INTERNA 100% CETIM. CALÇA SOCIAL SEM PREGAS DE LADO; BOLSO DA FRENTE TIPO FACA, BORDADA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																	
106	Cota Reservada de 25%	TERNO FEMININO, COMPOSTO DE 1 (UM) TAILLEUR E 1(UMA) CALÇA, CONFECCIONADOS EM OXFORD C/ LYCRA. TAILLEUR COM ABOTOAMENTO FRONTAL POR 02 BOTÕES CORTE ITALIANO; FORRO NA PARTE INTERNA 100% CETIM. CALÇA SOCIAL SEM PREGAS DE LADO; BOLSO DA FRENTE TIPO FACA, BORDADA. TAMANHO, COR E ARTE SERÃO	UND	0	0	2	0	0	0	0	0	0	12	50	12	0	76	293,00	22.268,00

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

		DEFINIDOS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.																		
107	Ampla Concorrência de 75%	TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO COM SERIGRAFIA, COM MEDIDAS MÍNIMAS (C X L) 1,40 X 0,70CM. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75	0	3000	0	0	3075	48,96	150.552,00
108	Cota Reservada de 25%	TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO COM SERIGRAFIA, COM MEDIDAS MÍNIMAS (C X L) 1,40 X 0,70CM. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	1000	0	0	1025	48,96	50.184,00
109	Exclusivo ME/EPP	TOALHA DE ROSTO 100% ALGODÃO COM SERIGRAFIA, COM MEDIDAS MÍNIMAS (C X L) 72 X 44CM. COR E ARTE SERÃO DEFINIDAS NA ORDEM DE FORNECIMENTO.	UND	10	0	5	0	10	10	20	0	100	60	500	0	50	765	26,08	19.951,20	



Página 70 de 103



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

3.2. Os itens e serviços deverão apresentar as seguintes características mínimas:

- a) Ter alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias;
- b) Ter excelência resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;
- c) Devem serem entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Termo de Referência e seus anexos;
- d) Entregues acondicionados, em embalagens lacradas individualmente, identificados, e em perfeitas condições de armazenagem;
- e) Produtos contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com legislação vigente aplicada, serão rejeitados pelo fiscal de contrato.

4. DA ENTREGA E PRAZO DE RECEBIMENTO:

4.1. O fornecimento será parcelado durante o **exercício 2023/2023**, conforme a necessidade das Secretarias participantes.

4.2. A empresa ficará responsável pelo fornecimento e entrega de todos os itens constantes neste Termo de Referência. O prazo de entrega será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;

4.3. Entregar os itens durante os horários de funcionamento (08:00 às 11:00hs e 14:00 às 16:30hs, de segunda a sexta feira, exceto feriados, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;

4.4. A entrega do objeto do presente documento deverá ocorrer no endereço:

- a) **ALMOXARIFADO CENTRAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS** - Avenida Governador Muniz Falcão, 1.276, São Francisco, CEP 57.602-490 - Palmeira dos Índios AL, podendo ser entregue em local diferente desde que seja anteriormente combinado e informado junto a Ordem de Fornecimento.
- b) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias corridos, pelo servidor responsável por acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- c) Constatadas irregularidades no objeto contratual, a contratada, às suas expensas, terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, **IMPRORROGÁVEIS**, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração
- d) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- e) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- f) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- g) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.5. Cada Ordem de Fornecimento conterá sucintamente a quantidade e descrição do produto, valor, assinatura do requisitante e data de expedição. A Ordem de Fornecimento poderá ser enviada via e-mail ao fornecedor ou por qualquer outro meio hábil.
- 4.6. Poderão ser emitidas mais de uma Ordem de Fornecimento por mês, existindo a possibilidade da realização de **entrega parcelada**, mediante Autorização de Fornecimento, de acordo com as necessidades das Secretarias.
- 4.7. Os itens solicitados através da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto, marca e a quantidade dos respectivos itens.
- 4.8. As mercadorias entregues em dias e horários não programados serão devolvidas. Em caso de eventuais problemas com as entregas, o fornecedor deverá comunicar-se com o setor responsável, solicitando alteração prévia da data de entrega e horário, a qual deverá ser analisada e aceita ou não pelo referido setor.
- 4.9. A contratada ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.
- 4.10. Todos os produtos entregues serão rigorosamente fiscalizados.
- 4.11. O ato de recebimento dos objetos licitados, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os objetos serão submetidos a sua verificação, cabendo a Contratada, a troca do objeto dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.
- 4.12. A CONTRATADA não poderá alterar a quantidade, o tipo, marca e valor do preço unitário dos produtos ou fazer entrega parcial das quantidades constantes do documento de solicitação (ordem de fornecimento). Caso a mercadoria não esteja de acordo com a especificação esta será devolvida, e sua reposição deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS:

1. 5.1. Tendo como base a definição de Bens Comuns da Lei nº 10.520/02, o objeto deste Termo de Referência, apresentam padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
2. 5.2. Ademais, em cumprimento ao Art. 3º, § 1º, inciso I, da lei 8.666/93, atesto que as especificações dos itens objeto desta contratação não geram restrição a participação no certame.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

6. RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUN DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS:

- 6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.3. Efetuar o pagamento dos materiais entregues dentro do prazo estipulado de até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da Nota Fiscal eletrônica enviada pela Contratada;
- 6.4. Comunicar formal e imediatamente à contratada qualquer anormalidade no fornecimento dos itens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.5. Prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- 6.6. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.7. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Município, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- 6.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- 6.9. Aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas;
- 6.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 6.11. Exigir a comprovação de que durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 6.12. Fornecer e manter atualizadas todas as informações necessárias ao fornecimento dos Gêneros Alimentícios.
- 6.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: CABERÁ A CONTRATADA:

- 7.1. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto ao fornecimento;
- 7.2. Prover condições que possibilitem o fornecimento dos materiais a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 7.3. Entregar os itens em conformidade com o que foi licitado, e dentro do prazo estabelecido pelo Município, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas, no local indicado;

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 7.4. Manter o preposto durante o período de vigência da futura contratação, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (contendo nome completo, CPF e documento de identidade, além das informações e meios de acesso e contato do mesmo);
- 7.5. Não permitir, em hipótese alguma, a comercialização de qualquer material ou produto que não esteja expressamente elencado no presente Termo de Referência;
- 7.6. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes deste contrato sem a expressa concordância do Município;
- 7.7. Atender às solicitações dos materiais com presteza e tempestividade;
- 7.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 7.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será estipulada taxa de atualização financeira prevista no Contrato, ficando a Contratada impedida de suspender o fornecimento a esta prefeitura.
- 7.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.11. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial, quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da nota fiscal, inclusive o frete;
- 7.12. Além daquelas determinadas em Leis, Decretos, regulamento e demais dispositivos legais, nas obrigações do fornecedor, também incluem:
- 7.12.1. Cumprir rigorosamente as solicitações e os prazos de entrega dos produtos descritos neste Termo de Referência;
 - 7.12.2. Apresentar na data da assinatura do contrato, nome, endereço e telefone de profissional da empresa para responder pela mesma durante o fornecimento;
 - 7.12.3. Comunicar a Administração por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, acontecimentos ou motivos de força maior que impeçam, mesmo que temporariamente, de garantir o fornecimento total ou parcial.

8. DO PAGAMENTO:

- 8.1 O pagamento será efetuado para a vencedora através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista da nota fiscal apresentada pela vencedora, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução deste Contrato, após a execução do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 8.2 Para efeito do pagamento, a vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- a) Informação indicativa do banco, agência e conta bancária da vencedora, na qual será realizado o crédito;
- b) Prova de regularidade com Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND);
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos aos respectivos tributos;
- d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débito inadimplido perante a Justiça de Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- f) O pagamento à licitante vencedora será efetuado em **até 30 (trinta) dias** a partir da entrada da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por quem de direito.
- g) Havendo erro na fatura/nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias.
- h) O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado a Contratada, ficando o pagamento sustado/suspenso até a correção do erro.
- 8.3 O prazo de pagamento da Contratante iniciará após a conclusão do fornecimento total da ordem expedida, contanto da data do recebimento definitivo, da sua última entrega.
- 8.4 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 8.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.7 Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta a sua regularidade fiscal, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.8 Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.9 A comunicação ocorrerá por meio do Formulário de Ocorrência, que será encaminhado por e-mail e deverá ser respondido pela Contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

8.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços ou Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

8.13 Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

8.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1 Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:

- 9.1.1 Não assinar a Ata de Registro de Preço;
- 9.1.2 Não entregar a documentação exigida no edital;
- 9.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 9.1.4 Causar o atraso na execução do objeto;
- 9.1.5 Não mantiver a proposta;
- 9.1.6 Falhar na execução do contrato;
- 9.1.7 Fraudar a execução do contrato;
- 9.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.9 Declarar informações falsas; e
- 9.1.10 Cometer fraude fiscal.

9.2 As sanções do subitem 9.1. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em Pregão para Registro de Preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9.3 A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002:

- 9.3.1 Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e
- 9.3.2 Multa.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

9.4 A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

9.5 Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.6 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Município ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.8 A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, conforme art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.

9.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.

9.10 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas – CEIS.

10. DAS AMOSTRAS:

10.1. Não será exigido amostra.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que:

11.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

11.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

11.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

11.1.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DA VIGÊNCIA E DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

12.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

12.2. A contratação oriunda da supracitada ARP será até o término do exercício financeiro vigente, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Município, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

12.3. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Gestão Pública e Patrimônio, desempenhará as funções do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe a prática de todos os atos de controle e administração, inclusive:

- a) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados e, em sendo o caso, revogar a Ata de Registro de Preços;
- b) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- c) Formalizar o cancelamento do registro do fornecedor;
- d) No gerenciamento da Ata de Registro de Preços, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas às Micro e Pequenas Empresas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, justificadamente.

13. DO FISCAL DO GESTOR DO CONTRATO:

13.1. Nos termos do Art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

13.2. O Representante Fiscal anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Sempre que identificado qualquer irregularidade, o Fiscal notificara formalmente o Setor de Compras, afim de que se execute as sanções administrativas previstas no edital da licitação, bem como na legislação vigente;

13.4. A fiscalização de que trata o item 13.1, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.5. O fiscal deverá ter conhecimento prévio da sua Competência e atuação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO:

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

15.1. Dentre outros, são documentos de habilitação compatíveis com as peculiaridades do objeto da licitação:

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

15.1.1. Habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

15.1.2. Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação;

16. DO REAJUSTE:

16.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Em conformidade com o Art. 65 da Lei Federal Nº 8.666/93, os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre Contratante e Contratada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

16.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste motivado por situações elucidadas no Subitem 15.2. O município deverá promover pesquisa de mercado, afim de assegurar legitimidade da necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, bem como os motivos e provas apresentadas;

16.4. Quando concedido, o reajuste deverá ser realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois trata-se de aquisição de bens de consumo em Sistema de Registro de Preços (SRP). Não há como determinar quais itens e quantidades serão demandados, conseqüentemente a impossibilidade de se estimar o valor para cálculo percentual ou monetário da garantia de execução.

18. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

18.1. Por se tratar de contratação de Bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02, o certame licitatório será realizado na **MODALIDADE PREGÃO, EM SUA FORMA ELETRÔNICA, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com a lei mencionada, observadas as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

18.2. A aquisição será feita por lote, pelo fato de ser mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica e por manter maior qualidade ao serviço prestado, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, bem como: maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços; maior interação entre as diferentes fases do serviço; maior facilidade no cumprimento da execução; melhor observância dos prazos; concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em uma só pessoa; concentração da garantia dos resultados e economia de escala, uma vez que os custos de



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

logísticas, pessoal e outros ficam restrito ao mesmo fornecedor, reduzindo assim o valor final.

19. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

- 19.1. -Lei nº 8.666/1993
- Lei nº 10.520/2002
- Lei Complementar nº 123/2006
- Lei Municipal nº 2.280/2019

19.2 Os benefícios aplicados serão relativos aos itens exclusivos as cotas 25%, aos critérios de desempate, bem como da regionalidade, especificamente quanto às empresas locais;

19.3 Especialmente quanto à aplicação do benefício da regionalidade, aplica-se o Art. 28, inciso II da Lei Municipal nº 2.280/2019, o qual estabelece que:

“II - Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual sediados local ou regionalmente sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço”;

19.3.1 A aplicação do benefício fomentará o comércio local, promoverá o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, e efetivará a ampliação da eficiência e das políticas públicas, tendo em vista que a localidade (empresas locais) terão a oportunidade de prover o Poder Público com suas necessidades, além de fazer com que eventual recurso recebido permaneça na própria localidade.

20. DA UNIDADE INTERESSADA:

20.1 As unidades interessadas na realização da presente são: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Assistência, Inclusão e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Convívio Urbano, Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito, Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Gestão Pública e Patrimônio, Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Palmeira dos Índios, Al. 06 de novembro de 2023.

Responsáveis pela elaboração



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

CINARA MARIA DA SILVA BARBOSA
Secretária Municipal da Gestão Pública e Patrimônio

RENILDA PEREIRA DE OLIVEIRA RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude

JÂNIO BARBOSA MARQUES
Secretaria Municipal de Saúde

SHEILA MARIA DUARTE
Secretaria Municipal de Assistência, Inclusão e Desenvolvimento Social

JOSÉ RUBENS ALVES CORREIA
Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

LUCIANO MONTEIRO DA SILVA FIHO
Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário

GUTEMBERG SANTOS TEIXEIRA
Secretaria Municipal da Fazenda

CÁSSIO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
Secretaria Municipal de Cultura

TIAGO DIÓGENES S. SILVA
Secretaria Municipal de Infraestrutura

FLÁVIA FERREIRA DA SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário

CICERO BATISTA DA SILVA
Secretaria Municipal Executiva de Serviços Públicos

ANNA LUÍSA MARQUES DE ALBUQUERQUE FRANÇA CAMPOS TAVARES
Secretaria Municipal de Meio Ambientes e Recursos Hídricos

RONALDO CORREIA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Convívio Urbano



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

ANEXO II

DECLARAÇÕES EM GERAL

A empresa inscrita no CNPJ nº estabelecida na por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, onde na presente data, enquadra-se como:
 - a. () **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
 - b. () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
 - c. () **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, conforme §1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Cidade, ____ de _____ de 20XX

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação,
com identificação completa)

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ---/20XX

Processo Administrativo nº 7.997/2023

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ---/20XX

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, **MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.356.879/0001-98, com sede administrativa à Praça da Independência, nº 34, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Júlio Cezar da Silva**, portador de CPF nº 758.890.724-04 e Cédula de Identidade nº 2002001344336 SSP/AL, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº. ---/20XX, Processo Administrativo nº 7.994/2023, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS, FARDAMENTOS, CAMA, MESA E BANHO** para atender as necessidades das Secretarias do Município de Palmeira dos Índios, Alagoas, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº. ---/2023, que é parte integrante da Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:						
CNPJ:		Telefone:		e-mail:		
Endereço:						
Item	Quant. Licitada	Descrição do Item	Marca	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01					(duas casas decimais)	(duas casas decimais)
02						
TOTAL GERAL						

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 3.1. O órgão gerenciador da Ata é a **PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL.**
- 3.2. São Órgãos Participantes:
- 3.2.1. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário;
 - 3.2.2. Secretaria Municipal de Assistência, Inclusão e Desenvolvimento Social;
 - 3.2.3. Secretaria Municipal de Convívio Urbano;
 - 3.2.4. Secretaria Municipal de Cultura;
 - 3.2.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário;
 - 3.2.6. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude;
 - 3.2.7. Secretaria Municipal da Fazenda;
 - 3.2.8. Secretaria Municipal de Gestão Pública e Patrimônio;
 - 3.2.9. Secretaria Municipal de Infraestrutura;
 - 3.2.10. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
 - 3.2.11. Secretaria Municipal de Saúde;
 - 3.2.12. Secretaria Municipal de Serviços Públicos.
 - 3.2.13. Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito;

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente **ARP**, durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuência do órgão gerenciador.

5. VALIDADE DA ATA

- 5.1. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação de seu extrato na imprensa oficial, não podendo ser prorrogado.
- 5.2. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da **ARP**, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O fornecimento será parcelado durante o exercício 2023/2024, conforme a necessidade das Secretarias participantes.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 6.2. A empresa ficará responsável pelo fornecimento e entrega de todos os itens constantes neste Termo de Referência. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;
- 6.3. Entregar os itens durante os horários de funcionamento (08:00 às 11:00hs e 14:00 às 16:30hs, de segunda a sexta feira, exceto feriados, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;
- 6.4. A entrega do objeto do presente documento deverá ocorrer no endereço:
- a) ALMOXARIFADO CENTRAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - Avenida Governador Muniz Falcão, 1.276, São Francisco, CEP 57.602-490 - Palmeira dos Índios AL, podendo ser entregue em local diferente desde que seja anteriormente combinado e informado junto a Ordem de Fornecimento.
 - b) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias corridos, pelo servidor responsável por acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
 - c) Constatadas irregularidades no objeto contratual, a contratada, às suas expensas, terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, IMPRORROGÁVEIS, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração
 - d) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - e) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - f) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - g) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.5. Cada Ordem de Fornecimento conterá sucintamente a quantidade e descrição do produto, valor, assinatura do requisitante e data de expedição. A Ordem de Fornecimento poderá ser enviada via e-mail ao fornecedor ou por qualquer outro meio hábil.
- 6.6. Poderão ser emitidas mais de uma Ordem de Fornecimento por mês, existindo a possibilidade da realização de entrega parcelada, mediante Autorização de Fornecimento, de acordo com as necessidades das Secretarias.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 6.7. Os itens solicitados através da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto, marca e a quantidade dos respectivos itens.
- 6.8. As mercadorias entregues em dias e horários não programados serão devolvidas. Em caso de eventuais problemas com as entregas, o fornecedor deverá comunicar-se com o setor responsável, solicitando alteração prévia da data de entrega e horário, a qual deverá ser analisada e aceita ou não pelo referido setor.
- 6.9. A contratada ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.
- 6.10. Todos os produtos entregues serão rigorosamente fiscalizados.
- 6.11. O ato de recebimento dos objetos licitados, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os objetos serão submetidos a sua verificação, cabendo a Contratada, a troca do objeto dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.
- 6.12. A CONTRATADA não poderá alterar a quantidade, o tipo, marca e valor do preço unitário dos produtos ou fazer entrega parcial das quantidades constantes do documento de solicitação (ordem de fornecimento). Caso a mercadoria não esteja de acordo com a especificação esta será devolvida, e sua reposição deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.3. Efetuar o pagamento dos materiais entregues dentro do prazo estipulado de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal eletrônica enviada pela Contratada;
- 7.4. Comunicar formal e imediatamente à contratada qualquer anormalidade no fornecimento dos itens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.5. Prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- 7.6. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.7. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Município, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 7.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- 7.9. Aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas;
- 7.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 7.11. Exigir a comprovação de que durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 7.12. Fornecer e manter atualizadas todas as informações necessárias ao fornecimento dos Gêneros Alimentícios.
- 7.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto ao fornecimento;
- 8.2. Prover condições que possibilitem o fornecimento dos materiais a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 8.3. Entregar os itens em conformidade com o que foi licitado, e dentro do prazo estabelecido pelo Município, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas, no local indicado;
- 8.4. Manter o preposto durante o período de vigência da futura contratação, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (contendo nome completo, CPF e documento de identidade, além das informações e meios de acesso e contato do mesmo);
- 8.5. Não permitir, em hipótese alguma, a comercialização de qualquer material ou produto que não esteja expressamente elencado no presente Termo de Referência;
- 8.6. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes deste contrato sem a expressa concordância do Município;
- 8.7. Atender às solicitações dos materiais com presteza e tempestividade;
- 8.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será estipulada taxa de atualização financeira prevista no Contrato, ficando a Contratada impedida de suspender o fornecimento a esta prefeitura.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 8.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.11. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial, quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da nota fiscal, inclusive o frete;
- 8.12. Além daquelas determinadas em Leis, Decretos, regulamento e demais dispositivos legais, nas obrigações do fornecedor, também incluem:
 - 8.12.1. Cumprir rigorosamente as solicitações e os prazos de entrega dos produtos descritos neste Termo de Referência;
 - 8.12.2. Apresentar na data da assinatura do contrato, nome, endereço e telefone de profissional da empresa para responder pela mesma durante o fornecimento;
 - 8.12.3. Comunicar a Administração por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, acontecimentos ou motivos de força maior que impeçam

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado para a vencedora através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista da nota fiscal apresentada pela vencedora, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução deste Contrato, após a execução do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 9.2. Para efeito do pagamento, a vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal:
 - a) Informação indicativa do banco, agência e conta bancária da vencedora, na qual será realizado o crédito;
 - b) Prova de regularidade com Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND);
 - c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos aos respectivos tributos;
 - d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - e) Prova de inexistência de débito inadimplido perante a Justiça de Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
 - f) O pagamento à licitante vencedora será efetuado em **até 30 (trinta) dias** a partir da entrada da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por quem de direito.
 - g) Havendo erro na fatura/nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- h) O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado a Contratada, ficando o pagamento susinado/suspenso até a correção do erro.
- 9.3. O prazo de pagamento da Contratante iniciará após a conclusão do fornecimento total da ordem expedida, contanto da data do recebimento definitivo, da sua última entrega.
- 9.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 9.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta a sua regularidade fiscal, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.8. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.9. A comunicação ocorrerá por meio do Formulário de Ocorrência, que será encaminhado por e-mail e deverá ser respondido pela Contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços ou Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.
- 9.13. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

10. DO REAJUSTE

- 10.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de vigência da **ARP**.
- 10.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de **eventual redução** ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:
 - 11.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preço;
 - 11.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;
 - 11.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;
 - 11.1.5. Não mantiver a proposta;
 - 11.1.6. Falhar na execução do contrato;
 - 11.1.7. Fraudar a execução do contrato;
 - 11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 11.1.9. Declarar informações falsas; e
 - 11.1.10. Cometer fraude fiscal.
- 11.2. As sanções do subitem 11.1. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em Pregão para Registro de Preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 11.3. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002:
 - 11.3.1. Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e
 - 11.3.2. Multa.
- 11.4. A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 11.5. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 11.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Município ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.8. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, conforme art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.
- 11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.10. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas – CEIS.

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

- 12.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
 - 12.1.1. Por iniciativa da Administração, quando:
 - a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente **ARP**.
 - b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
 - c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta **ARP**;
 - d) em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
 - e) não manutenção das condições de habilitação;
 - f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação;
 - g) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
 - h) em razões de interesse público, devidamente justificadas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 12.1.2. Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
- 12.2. Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
- 12.3. O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Secretário de Administração, Planejamento e Recursos Humanos, ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 12.4. O fornecedor terá também o seu registro cancelado se incorrer em alguma das infrações elencadas no subitem 12.1.1., alíneas “a” a “g” desta cláusula, perante os órgãos participantes ou que aderirem a **ARP**.

13. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 13.1. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, a qual, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo Órgão Gerenciador e fornecedor e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Palmeira dos Índios - Alagoas, xx de xxxxxxxx de 20XX.

MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
Órgão Gerenciador
JÚLIO CEZAR DA SILVA
Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fornecedor

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal

RG [...]

CPF [...]



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX

TERMO DE CONTRATO Nº ---/20XX, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL E A EMPRESA ----- PARA A AQUISIÇÃO DE BENS.

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.356.879/0001-98, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Júlio Cezar da Silva**, inscrito no CPF nº 758.890.724-04 e Cédula de Identidade nº 2002001344336 SSP/AL;

CONTRATADA: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), estabelecida na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de **XXXXXXXXXXXX**, situada a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxx, bairro xxxxxx, neste Município, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx;

As **CONTRATANTES**, nos termos do Processo nº 7.997/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital do Pregão Eletrônico nº ---/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS, FARDAMENTOS, CAMA, MESA E BANHO** para atender as necessidades das Secretarias do Município de Palmeira dos Índios, Alagoas, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. O Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

Item	Quant. Licitada	Descrição do Item	Marca	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01					(duas casas decimais)	(duas casas decimais)
02						



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1. A contratação tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Município no sítio <http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/>, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor global deste contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Contratante, para o exercício financeiro de 2023, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX.XXX.XXXX.XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

ELEMENTO DE DESPESA

X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado para a vencedora através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista da nota fiscal apresentada pela vencedora, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução deste Contrato, após a execução do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 5.2. Para efeito do pagamento, a vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal:
- Informação indicativa do banco, agência e conta bancária da vencedora, na qual será realizado o crédito;
 - Prova de regularidade com Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND);
 - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos aos respectivos tributos;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- d) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débito inadimplido perante a Justiça de Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- f) O pagamento à licitante vencedora será efetuado em **até 30 (trinta) dias** a partir da entrada da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por quem de direito.
- g) Havendo erro na fatura/nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias.
- h) O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado a Contratada, ficando o pagamento sustado/suspensão até a correção do erro.
- 5.3. O prazo de pagamento da Contratante iniciará após a conclusão do fornecimento total da ordem expedida, contanto da data do recebimento definitivo, da sua última entrega.
- 5.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta a sua regularidade fiscal, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.8. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.9. A comunicação ocorrerá por meio do Formulário de Ocorrência, que será encaminhado por e-mail e deverá ser respondido pela Contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços ou Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.
- 5.13. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

- 6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
 - 6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. O fornecimento será parcelado durante o **exercício 2023/2023**, conforme a necessidade das Secretarias participantes.
- 8.2. A empresa ficará responsável pelo fornecimento e entrega de todos os itens constantes neste Termo de Referência. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;
- 8.3. Entregar os itens durante os horários de funcionamento (08:00 às 11:00hs e 14:00 às 16:30hs, de segunda a sexta feira, exceto feriados, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;
- 8.4. A entrega do objeto do presente documento deverá ocorrer no endereço:
 - h) **ALMOXARIFADO CENTRAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS** - Avenida Governador Muniz Falcão, 1.276, São Francisco, CEP 57.602-490 - Palmeira dos Índios AL, podendo ser entregue em local diferente desde que seja anteriormente combinado e informado junto a Ordem de Fornecimento.
 - i) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias corridos, pelo servidor responsável por acompanhar e fiscalizar o contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
 - j) Constatadas irregularidades no objeto contratual, a contratada, às suas expensas, terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, **IMPRORROGÁVEIS**, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração
 - k) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - l) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - m) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - n) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.5. Cada Ordem de Fornecimento conterá sucintamente a quantidade e descrição do produto, valor, assinatura do requisitante e data de expedição. A Ordem de Fornecimento poderá ser enviada via e-mail ao fornecedor ou por qualquer outro meio hábil.
- 8.6. Poderão ser emitidas mais de uma Ordem de Fornecimento por mês, existindo a possibilidade da realização de entrega parcelada, mediante Autorização de Fornecimento, de acordo com as necessidades das Secretarias.

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 8.7. Os itens solicitados através da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto, marca e a quantidade dos respectivos itens.
- 8.8. As mercadorias entregues em dias e horários não programados serão devolvidas. Em caso de eventuais problemas com as entregas, o fornecedor deverá comunicar-se com o setor responsável, solicitando alteração prévia da data de entrega e horário, a qual deverá ser analisada e aceita ou não pelo referido setor.
- 8.9. A contratada ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Fornecimento emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.
- 8.10. Todos os produtos entregues serão rigorosamente fiscalizados.
- 8.11. O ato de recebimento dos objetos licitados, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os objetos serão submetidos a sua verificação, cabendo a Contratada, a troca do objeto dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.
- 8.12. A CONTRATADA não poderá alterar a quantidade, o tipo, marca e valor do preço unitário dos produtos ou fazer entrega parcial das quantidades constantes do documento de solicitação (ordem de fornecimento). Caso a mercadoria não esteja de acordo com a especificação esta será devolvida, e sua reposição deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. Obrigações da Contratante

- 9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3. Efetuar o pagamento dos materiais entregues dentro do prazo estipulado de até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da Nota Fiscal eletrônica enviada pela Contratada;
- 9.1.4. Comunicar formal e imediatamente à contratada qualquer anormalidade no fornecimento dos itens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.1.5. Prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- 9.1.6. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.7. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Município, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- 9.1.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- 9.1.9. Aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas;



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 9.1.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 9.1.11. Exigir a comprovação de que durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.1.12. Fornecer e manter atualizadas todas as informações necessárias ao fornecimento dos Gêneros Alimentícios.
- 9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Obrigações da Contratada

- 9.2.1. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto ao fornecimento;
- 9.2.2. Prover condições que possibilitem o fornecimento dos materiais a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 9.2.3. Entregar os itens em conformidade com o que foi licitado, e dentro do prazo estabelecido pelo Município, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas, no local indicado;
- 9.2.4. Manter o preposto durante o período de vigência da futura contratação, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (contendo nome completo, CPF e documento de identidade, além das informações e meios de acesso e contato do mesmo);
- 9.2.5. Não permitir, em hipótese alguma, a comercialização de qualquer material ou produto que não esteja expressamente elencado no presente Termo de Referência;
- 9.2.6. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes deste contrato sem a expressa concordância do Município;
- 9.2.7. Atender às solicitações dos materiais com presteza e tempestividade;
- 9.2.8. Manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 9.2.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será estipulada taxa de atualização financeira prevista no Contrato, ficando a Contratada impedida de suspender o fornecimento a esta prefeitura.
- 9.2.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.11. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, ainda que seja transporte especial, quando o produto assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto até o devido atesto da nota fiscal, inclusive o frete;
- 9.2.12. Além daquelas determinadas em Leis, Decretos, regulamento e demais dispositivos legais, nas obrigações do fornecedor, também incluem:



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

- 7.12.3.1. Cumprir rigorosamente as solicitações e os prazos de entrega dos produtos descritos neste Termo de Referência;
- 7.12.3.2. Apresentar na data da assinatura do contrato, nome, endereço e telefone de profissional da empresa para responder pela mesma durante o fornecimento;
- 7.12.3.3. Comunicar a Administração por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, acontecimentos ou motivos de força maior que impeçam, mesmo que temporariamente, de garantir o fornecimento total ou parcial.

10. CLÁUSULA DEZ – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:
 - 10.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preço;
 - 10.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;
 - 10.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 10.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;
 - 10.1.5. Não manter a proposta;
 - 10.1.6. Falhar na execução do contrato;
 - 10.1.7. Fraudar a execução do contrato;
 - 10.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.9. Declarar informações falsas; e
 - 10.1.10. Cometer fraude fiscal.
- 10.2. As sanções do subitem 10.1. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em Pregão para Registro de Preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 10.3. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002:
 - 10.3.1. Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e
 - 10.3.2. Multa.
- 10.4. A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 10.5. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 10.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Município ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 10.8. A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, conforme art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.
- 10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas – CEIS.

11. CLÁUSULA ONZE – DA RESCISÃO

11.1 O Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato;

11.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

12 CLÁUSULA DOZE – DAS VEDAÇÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1 Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA TREZE – DAS ALTERAÇÕES

- 13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato.

14 CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS

- 14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA QUINZE – DA PUBLICAÇÃO

- 15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16 CLÁUSULA DEZESEIS – DO FORO

- 16.1 É eleito o Foro da Comarca do Município de Palmeira dos Índios/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Palmeira dos Índios - Alagoas, -- de -----de 20XX.

MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
Contratante
Júlio Cezar da Silva
Prefeito



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E PATRIMÔNIO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.997/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 094/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE [...]

Interveniente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a)

EMPRESA [Razão Social da Empresa]

Contratada

Representante legal: [nome completo]

Cargo

Instrumento de outorga de poderes [procuração/contrato social/estatuto social]